

O governo que só sabe que não vai por aí

00:05 [Francisco Mendes da Silva, Advogado](#)



Depois da urgência de voltar a dar tudo a todos, a prioridade agora é criar uma aparência de paz social, custe o que custar (ao contribuinte), evitando todos os focos de controvérsia .

Por definição, uma pessoa de predisposição conservadora não tem qualquer utopia, mas eu tenho uma, semi-irónica, que é por definição conservadora. Na minha ordem política ideal, Portugal teria um governo cujo programa seria não fazer nada. Zero. Um governo que não quisesse embalar o país com “estratégias” ou “visões” salvíficas, que não desejasse surpreender o cidadão incauto com as suas inexplicáveis prioridades nem submetê-lo, pela enésima vez, a um sismo de alterações legislativas de racionalidade incógnita. Imagino um governo que, com a sua heróica inacção, permitisse que as pessoas se habituassem às leis vigentes e que a elas fossem aprendendo a sobreviver, num oásis de previsibilidade e harmonia de estratégias e visões privadas. Uma ordem conhecida, sedimentada e compreendida pode ser, apesar de tudo, fonte de liberdade e justiça.

É claro que, como todas as utopias, também a minha haveria de resvalar para a tragédia, se levada à concretização. Não vivendo os portugueses num país sem o seu módico de problemas graves, alguma coisa um governo terá sempre de fazer. Curiosamente, a demonstração prática da insustentabilidade da minha utopia não me é oferecida por um governo de conservadores preguiçosos ou libertários anarquistas, mas pela maioria socialista-bloquista-comunista de António Costa. Portugal tem hoje, como nunca antes se viu, um Governo sem uma ideia perceptível sobre o futuro do país, verdadeiramente sem nada para dizer acerca dos seus principais problemas, impávido perante toda e qualquer necessidade de reformismo estrutural que se lhe revele dois palmos à frente do nariz.

O que interessa ao Governo das esquerdas é apenas a manutenção de um determinado imobilismo. Mesmo o arrastão de reversões das medidas da anterior maioria, muitas delas medidas recentes que não puderam gerar efeitos visíveis, serve para riscar da História a governação do PSD e do CDS, tratando-a como um desvio maldito ao devir natural do mundo, e para estabelecer uma ponte entre 2011 e o presente. Compare-se o entusiasmo e a precisão com que o Governo destrói o que herdou com o risível “Plano Nacional de Reformas”, um monumento à vacuidade que por si só comprova o desinteresse de quem o apresentou em promover qualquer modificação relevante àquilo que existe. A este governo aplica-se o célebre poema de Régio: não sabe por onde vai, não sabe para onde vai – sabe que não vai por aí.

O Governo comporta-se assim por duas razões: tática e ideológica. A razão tática é ostensiva. Para chegar ao poder, o PS teve de se aliar às duas forças parlamentares mais alérgicas ao flanco reformista da sociedade portuguesa, pelo que só sobreviverá se afinar pela mesma mentalidade. Por outro lado, a derrota eleitoral mostrou que o partido tem hoje uma capacidade de representação que está nos seus mínimos históricos. Portanto, se o PS quiser voltar a ganhar eleições (e de preferência sozinho) terá de aproveitar a circunstância para obter uma espécie de legitimidade política a posteriori.

Depois da urgência de voltar a dar tudo a todos, a prioridade agora é criar uma aparência de paz social, custe o que custar (ao contribuinte), evitando todos os focos de controvérsia – mesmo que eles sejam insignificantes, mesmo que sejam o efeito de um progresso indispensável. O que importa é não incomodar ninguém. Nem os taxistas que não gostam da Uber, nem os alunos que não gostam dos exames, nem os donos das “lojas históricas” que gostam de pagar rendas igualmente históricas (à custa dos proprietários), nem os investidores do BES, nem as populações que voltarão a ter tribunais abertos (quase sem julgamentos). E por aí fora.

O ministro Centeno até já tratou de se por a discutir com Bruxelas as regras de contabilização do défice estrutural, a ver se consegue margem de manobra para que o Estado não tenha de fazer manobra nenhuma. Aqui Régio encontra-se com Tomasi di Lampedusa: é preciso que algo mude para que tudo fique na mesma.

Faz parte da narrativa corrente dizer-se que a direita anseia por eleições no curto prazo. Mas é o PS que se empenha mais nesse cenário. Isto que temos não é bem um governo. Na cabeça de António Costa, isto é um interlúdio entre governos, e é o PS que tem o poder de orquestrar a música que vai tocando e de a fazer parar quando achar politicamente oportuno.

Não que o PS se sinta muito desconfortável com esta apatia estratégica. Na verdade, ela encaixa na perfeição no marasmo ideológico em que a esquerda democrática se encontra. É impressionante como a social-democracia não consegue pensar fora dos pressupostos dos anos 70 do século passado. Aquela esquerda tradicional – internacionalista, progressista e transformadora – é hoje, paradoxalmente, a principal objectora das ideias políticas próprias do mundo tecnológico e sem fronteiras. Veja-se o caso do candidato presidencial norte-americano Bernie Sanders. Em recente entrevista ao New York Daily News, o novo ‘poster boy’ da esquerda não só disse concordar com a oposição de Donald Trump à expansão da liberdade de comércio internacional como defendeu que os EUA só deveriam permitir os negócios com países que tenham padrões salariais e ambientais equivalentes aos seus.

É uma posição profundamente ignorante sobre como a dinâmica do comércio internacional beneficia os países mais pobres e os ajuda a criar riqueza e a elevar os seus próprios padrões. Mas é uma posição importante, porque ilustra o estado de agonia intelectual da esquerda mundial, remetida ao papel reaccionário de garante dos privilégios, protectora das ineficiências e guarda avançada dos que confiam no amparo nacionalista, por muita miséria que ele crie para os seus e exporte para os outros. Trump propõe a construção de um muro físico entre os EUA e o México? Péssima ideia. Mas a social-democracia anquilosada que por aí anda também propõe os seus muros, tão perigosos como aquele.

O colunista Simon Kuper escreveu no fim-de-semana passado, no seu espaço habitual do Financial Times, que nos dias que correm muito do debate político é feito entre “cosmopolitas” e “nacionalistas”. Contra a sua história, o PS arrisca-se a ficar na companhia dos segundos, se insistir em manter Portugal numa espécie de sala de espera e desprezar a urgência de dar mundo à economia, viabilidade à providência do Estado e razão de ser ao país que aprecia mais o conforto da liberdade do que a do protecçãoismo.

[VER MAIS ARTIGOS DE FRANCISCO MENDES DA SILVA](#)
